

EDITAL

ALIENAÇÃO DE IMÓVEL

Torna-se público que irá ser alienado, em hasta pública, um imóvel abaixo melhor identificado, pertencente à Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM.

I) Identificação do Imóvel:

Rua Cândido dos Reis, n.º106/108/110 e Rua de Guilherme Braga, n.º 94/96/98/100, freguesia de St. Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

II) Bases de licitação:

1 - O valor base de licitação será o seguinte:

€ 90.000,00 (noventa mil euros);

2 – Os lances mínimos da arrematação serão de € 5.000,00 (cinco mil euros).

III) Impostos devidos:

Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT);

Imposto de Selo sobre o preço da arrematação.

IV) Comissão: A comissão de adjudicação será constituída por:

Presidente: Arq.º Daniel Couto

Vogais: Dr. Pedro Santos

Dr. Renato Ribeiro

Suplentes: Dr. José Miguel Lopes

Dr. José Campos

V) Modalidade de pagamento admitida:

- a) No ato da arrematação será entregue a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da adjudicação, a título de sinal, o qual considerar-se-á como princípio de pagamento no caso de ser efectuada adjudicação definitiva;
- b) O remanescente do preço será liquidado com a outorga da escritura de alienação, a celebrar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a hasta pública, no Notário a designar.

VI) Local e data limite para apresentação das propostas:

As propostas deverão ser entregues na Divisão de Assuntos Jurídicos da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, sita no Largo Aljubarrota n.º 13 – Freguesia de Santa Marinha, Concelho de Vila Nova de Gaia, até às 16h30 do dia 5 de dezembro de 2016.

VII) Local, data e hora da hasta pública:

A hasta pública realizar-se-á às 11h30 do dia 6 de dezembro de 2016, no Auditório da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, sita no Largo Aljubarrota n.º 13 – Freguesia de Santa Marinha, Concelho de Vila Nova de Gaia.

VIII) Destino do Imóvel:

O imóvel destina-se à reabilitação urbana.

IX) Apresentação das Propostas:

As propostas a apresentar devem indicar um valor para a arrematação do imóvel superior à base de licitação e ser acompanhadas de um cheque de montante correspondente a 25% do valor da proposta, emitido à ordem da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM.

As propostas devem ser apresentadas, até às 16h30 do dia 5 de dezembro de 2016, em subscrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e o imóvel a que respeita, que, por sua vez, é encerrado num segundo subscrito dirigido ao Presidente da Comissão e endereçada à Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM.

As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio, sob registo, sendo elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respectiva apresentação.

X) A Praça:

A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, havendo lugar a licitação a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciada.

Podem intervir na praça os interessados ou os seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas colectivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar.

A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel poderá ser adjudicado provisoriamente a quem, no acto da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.

XI) A Adjudicação:

O imóvel é adjudicado provisoriamente pela comissão a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá, de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação e declarar se o imóvel é para pessoa a designar no prazo de 10 dias.

No caso de o adjudicatário provisório ter apresentado proposta, deverá proceder ao pagamento da diferença entre o valor do cheque que acompanhou a proposta e o valor correspondente a 25% do preço da aquisição.

A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, sendo dela notificado o adjudicatário, por carta registada, com aviso de recepção, no prazo de 30 dias a contar da adjudicação provisória.

Não havendo adjudicação definitiva, por facto não imputável ao arrematante, a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, restituirá a importância recebida, sem necessidade de requerimento do interessado.

O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado Português em sede de contribuições e impostos, bem como quanto à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação destes documentos, por facto imputável ao adjudicatário, implica a não adjudicação definitiva do imóvel.

XII) Condições Resolutivas da Adjudicação:

O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos e/ou de qualquer uma das obrigações gerais e especiais da venda determinará que a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, rescinda o contrato, revertendo para ela o imóvel e todas as edificações ou benfeitorias nele existentes, sem que haja lugar à restituição das importâncias já entregues ou lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação no caso do imóvel ter sido adjudicado, perdendo para a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, as quantias já entregues, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

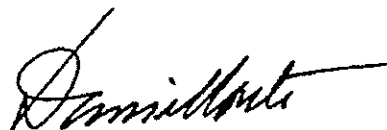
Verificando-se as situações supra referidas ou quando, por qualquer outra causa, não haja lugar à competente adjudicação, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que

apresentou a proposta ou o lanço de que resultou o valor da arrematação imediatamente inferior.

O processo da hasta pública está disponível para consulta na Divisão de Assuntos Jurídicos da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM, até à data limite da entrega de propostas, onde podem, igualmente, ser solicitados esclarecimentos e informações.

Vila Nova de Gaia, 22 de Novembro de 2016

O Presidente do Conselho de Administração,



(Daniel Couto, Arq.)